

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

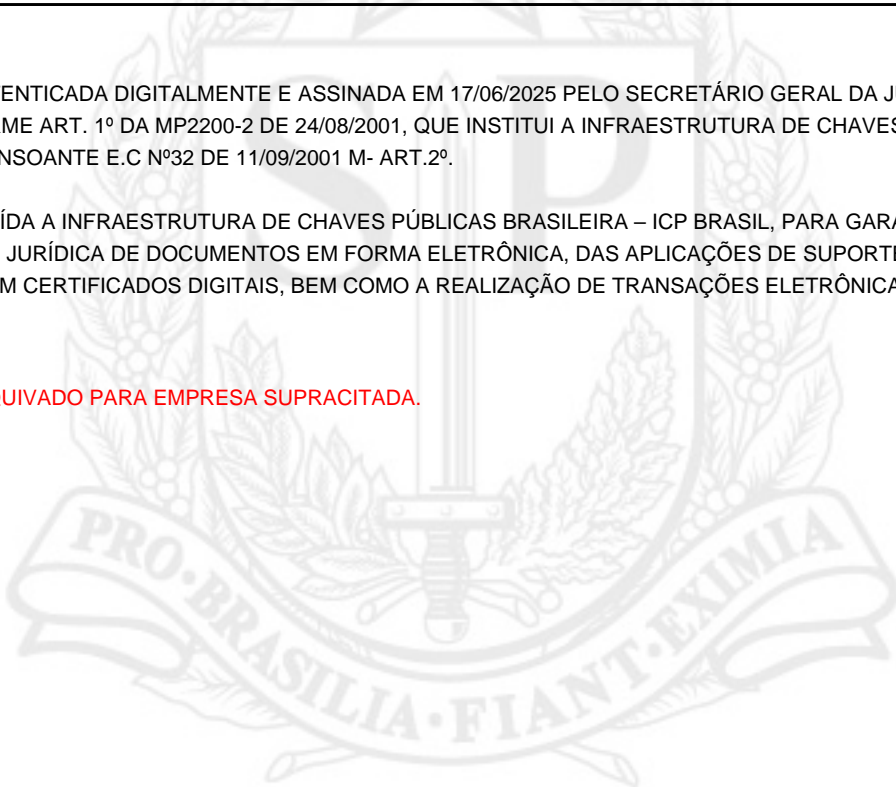
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300649478	CNPJ 57.783.684/0001-62	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 182.541/25-3	DATA DO ARQUIVAMENTO 09/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 17/06/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 06:17:29	CÓDIGO DE CONTROLE 270208885
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 17/06/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO  
2.199.707/25-8



TFF

09 08 25

CONTROLE INTERNET  
034859605-7



CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração do Valor do Capital; Consolidação da Matriz;					
NOME EMPRESARIAL TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A.				PORTE Normal	
LOGRADOURO Avenida Rebouças		NÚMERO 2728	COMPLEMENTO 6 And	CEP 05402-500	
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 57.783.684/0001-62	NIRE - SEDE 3530064947-8			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA			VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC.	
NOME: Roberto Miranda de Lima (Diretor Presidente) ASSINATURA: <i>Roberto Miranda de Lima</i> <small>Assinado por</small>			DARE: R\$ ,00 DARF: R\$ ,00	1 / 1	
DATA: 03/06/2025					

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE 
-----------------------	----------------------	---------------------

ANEXOS: <input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO    
OBSERVAÇÕES:  Assinado por: 		

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

JUCESP  
GI  
04  
PR



Gerência de Guarda e Distribuição

- Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- Verificação de Ficha Cadastral
- Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- MEI sem Cadastro
- MEI com Cadastro
- Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- Vide Protocolo

25  
25 20 00



JUCESP  
 TWENTY FOUR SEVEN DATA CEN



JUCESP PROTOCOLO  
 2.199.707/25-8

CNPJ/MF nº 33.783.684/0001  
 NIRE 35.300.649.478



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
 REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025**

**1. Data, Horário e Local:** Ao sétimo dia do mês de maio de 2025, às 14:00 horas, na sede social da TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.728, 6º andar, Pinheiros, CEP 05.402-500.

**2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

**3. Mesa:** Presidente: Juliana Soares Volpi; Secretário: Felipe Mutti de Almeida Monteiro.

**4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, analisar, discutir e deliberar sobre: a **(a)** proposta de aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 3.679.100,00 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais), mediante a emissão de 3.679.000 (três milhões, seiscentas e setenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(b)** caso a matéria anterior seja aprovada, deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(c)** autorizar os administradores da Companhia a adotar as providências necessárias para implementação do quanto deliberado pelos acionistas da Companhia.

**5. Deliberações:** Após exame da matéria acima descrita, o único acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas, condições ou restrições, o quanto segue:

(i) considerando que o capital social da Companhia está totalmente integralizado, aumentar o capital social da Companhia, dos atuais R\$ 100,00 (cem reais), totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 3.679.100,00 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil e cem reais), um aumento efetivo, portanto, de R\$ 3.679.100,00 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais), mediante a emissão de 3.679.000 (três milhões, seiscentas e setenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, fixado com base no artigo 170, §1º da Lei das S.A., totalmente subscritas e integralizadas pela acionista **ARCH CAPITAL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata como **Anexo I**. Em decorrência da deliberação tomada neste item, o Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação:

P - SEDE  
 CHÉ 10  
 JUN 2025 ★  
 TOCOLO

P - SEDE  
 CHÉ 16  
 MAI 2025 ★  
 TOCOLO

Assinado por:

1

DS Rubrica Rubrica Initial  
 27 FMDRMSV FRS JHC



JUCESP

“ARTIGO QUINTO

09 06 25

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 3.679.100,00 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil e cem reais), representado por 3.679.100 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil e cem) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.”

(ii) aprovar a reformulação integral do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar nos termos do Anexo II à presente ata; e

(iii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas acima.

6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, em forma de sumário nos termos do art. 130, §1º da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes.

São Paulo, 07 de maio de 2025.

Mesa:

Assinado por:
Juliana Soares Volpi
7C7B78BDE044418
JULIANA SOARES VOLPI
Presidente

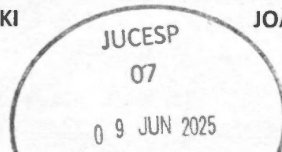
DocuSigned by:
Felipe Mutti de Almeida Monteiro
5A7FB57AF7A449
FELIPE MUTTI DE ALMEIDA MONTEIRO
Secretário

Acionista:

ARCH CAPITAL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Assinado por:
Fabio Arbez Suzuki
ACDB479BE5AE493
FÁBIO ARBEX SUZUKI
Procurador

Signed by:
João Henrique Dias de Castro
84C818489334488
JOÃO HENRIQUE DIAS DE CASTRO
Procurador



Assinado por:

27

9230UC  
33 30 00



SEDE  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONOMICO - JUCESP



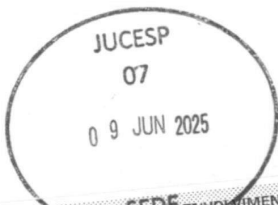
CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO

*Aloizio Soares Junior*  
ALOIZIO E. SOARES JUNIOR  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

182.541/25-3



**JUCESP**



SEDE  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONOMICO - JUCESP



CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO

*Aloizio Soares Junior*  
ALOIZIO E. SOARES JUNIOR  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

182.541/25-3



**JUCESP**



da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A., realizadas em 07 de maio de 2025.

**TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A.**

CNPJ/MF nº 57.783.684/0001-62

NIRE 35.300.649.478

**Boletim de Subscrição**

<b>Subscritor</b>	<b>ARCH CAPITAL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.</b>
<b>Valor total das ações ordinárias subscrição</b>	R\$ 3.679.100,00 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais).
<b>Preço de emissão por ação ordinária</b>	R\$ 1,00 (um real) a ser alocado na conta do capital social da Companhia.
<b>Número de ações ordinárias subscritas</b>	3.679.100 (três milhões, seiscentas e setenta e nove mil).
<b>Forma de pagamento das ações ordinárias subscritas</b>	Via contrato de câmbio, em moeda corrente nacional.
<b>Data da integralização ou prazo para integralização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 859.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil reais), integralizado em 17 de janeiro de 2025 e;</li> <li>• R\$ 2.820.000,00 (dois milhões, oitocentos e vinte mil reais), integralizado em 24 de abril de 2025.</li> </ul>
<b>Assinatura do Subscritor</b>	<p>Assinado por: <i>Fabio Arbex Suzuki</i> Signed by: <i>João Henrique Dias de Castro</i></p> <p>ACDB479B55AE493 5A7FB57AFA7A449</p> <p><b>ARCH CAPITAL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.</b> FÁBIO ARBEX SUZUKI e JOÃO HENRIQUE DIAS DE CASTRO</p>

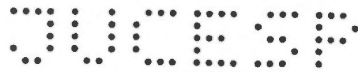
**Mesa:**

Assinado por:  
  
 7C7B7BBDE044418...  
**JULIANA SOARES VOLPI**  
 Presidente

DocuSigned by:  
  
 5A7FB57AFA7A449  
**FELIPE MUTTI DE ALMEIDA MONTEIRO**  
 Secretário

Assinado por:





ANEXO II



da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A., realizadas em 07 de maio de 2025.

**“ESTATUTO SOCIAL  
TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A.**

**CAPÍTULO I  
Da Denominação, Sede, Objeto e Duração**

**ARTIGO PRIMEIRO**

A TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A. é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**ARTIGO SEGUNDO**

A companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.728, 6º andar, bairro de Pinheiros, CEP 05402-500, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

**ARTIGO TERCEIRO**

A Companhia tem por objeto social: (i) a participação em outras Companhias não financeiras, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”); (ii) a prestação de serviços de tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (iii) a prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação; e (iv) a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

**ARTIGO QUARTO**

A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II  
Do Capital**

**ARTIGO QUINTO**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 3.679.100,00 (três milhões, seiscentos e setenta e nove mil e cem reais), representado por 3.679.100 (três milhões, seiscentas e setenta e nove mil e cem) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Assinado por:

4

27

DS	Rubrica	Rubrica	Initial
FMD	AMS	SV	JHC

JUCESP

**Parágrafo Primeiro.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais.

JUCESP

**Parágrafo Segundo.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital.

**Parágrafo Terceiro.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

**Parágrafo Quarto.** A Companhia não emitirá partes beneficiárias.

### CAPÍTULO III Da Assembleia Geral

#### ARTIGO SEXTO

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentre os Diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos.

**Parágrafo Segundo.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco.

### CAPÍTULO IV Da Administração

#### ARTIGO SÉTIMO

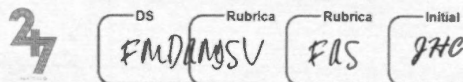
A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria composta por no mínimo 1 (um) e no máximo 4 (quatro) Diretores, sendo um deles um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição, eleitos e destituíveis a qualquer tempo de acordo com os quóruns de aprovação previstos em lei. Vencido o mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo até a posse dos novos eleitos.

**Parágrafo Primeiro.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger.

**Parágrafo Segundo.** A investidura dos Diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro

Assinado por:

5

 DS: FMDRMSV, Rubrica: FRS, Initial: JHC

JUCESP

próprio.

09 06 2025

**Parágrafo Terceiro.** A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral Ordinária, ficando asseguradas, desde já, retiradas mensais a título de pro labore.

#### ARTIGO OITAVO

No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro Diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral.

#### ARTIGO NONO

A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis.

#### ARTIGO DÉCIMO

A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, e a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que exonerem a Companhia de obrigações com terceiros, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados conforme a seguinte regra: (a) pelo Diretor Presidente; (b) por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto; (c) por 1 (um) Diretor, que pode ser o Diretor Presidente ou qualquer outro Diretor, agindo em conjunto com um procurador que detenha poderes específicos e tenha sido nomeado conforme o estabelecido no Parágrafo 1º deste Artigo; (d) por 2 (dois) procuradores, ambos detentores de poderes específicos e que tenham sido nomeados conforme o estabelecido no Parágrafo 1º deste Artigo; ou (e) por 1 (um) procurador, detentor de poderes específicos e que tenha sido nomeado conforme o estabelecido no Parágrafo 1º deste Artigo, exclusivamente para fins de representação da Companhia em juízo ou perante repartições públicas, federais, estaduais ou municipais.

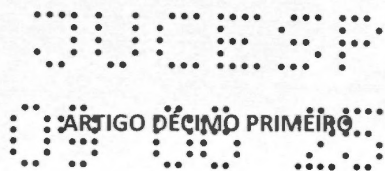
**Parágrafo 1º.** As procurações da Companhia deverão ser outorgadas mediante a assinatura do Diretor Presidente e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais (que podem ter prazo ilimitado), ter um prazo máximo de validade de 1 (um) ano.

**Parágrafo 2º.** Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Assinado por:

6

27 DS Rubrica Rubrica Initial  
FMDAMSU FRS JHC



Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento.

#### CAPÍTULO V Conselho Fiscal

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não.

**Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

#### CAPÍTULO VI Disposições Gerais

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado perante a CVM.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO

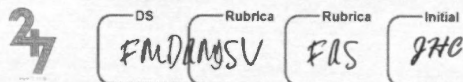
Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO

A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

Assinado por:

7





A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Os acionistas terão acesso, mediante solicitação, a contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia, acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO

No caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia obriga-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa.

#### ARTIGO VIGÉSIMO

Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este Estatuto Social ("Conflito"), envolvendo qualquer dos acionistas ou administradores da Companhia ("Partes Envolvidas"), será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara").

**Parágrafo Primeiro.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem.

**Parágrafo Segundo.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral").

**Parágrafo Terceiro.** Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas.

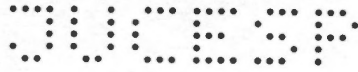
**Parágrafo Quarto.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara.

**Parágrafo Quinto.** Os procedimentos previstos na presente Cláusula também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro.

Assinado por:

8

DS: FMD/MSV, Rubrica: FRS, Initial: JHC



**Parágrafo Sexto.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades.

**Parágrafo Sétimo.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa.

**Parágrafo Oitavo.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

**Parágrafo Nono.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

**Parágrafo Décimo.** A arbitragem será sigilosa.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** O Tribunal Arbitral alocará entre as partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.


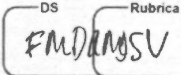
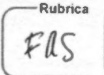

**Parágrafo Décimo Segundo.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra elas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96.

**Parágrafo Décimo Terceiro.** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral.

**Parágrafo Décimo Quarto.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser

Assinado por:

9

  
DS      Rubrica      Rubrica      Inicial  
  



submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.”

Assinado por:

10

27

DS	Rubrica	Rubrica	Initial
FMDAMSU	FAS		JHC

JUCESP  
ANEXO  
09 06 25  
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu Anderson Rodrigues Rodeguer Silva, com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº 354.956, expedida em 06/04/2017, inscrito no CPF nº 324.004.648-20, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

- CNA Anderson Rodrigues Rodeguer Silva (1 página/1 via);
- OAB Anderson Rodrigues Rodeguer Silva (1 página/1 via);
- AGE 07.05.2025 -Twenty Four Seven Data Centers SA (15 páginas/1 via); e
- Capa do Requerimento - AGE 07.05.2025 -Twenty Four Seven Data Centers AS (6 páginas/1 via);
- DBE Protocolo SPN2550770247 (6 página/1 via);

Data: 04/06/2025

---

Anderson Rodrigues Rodeguer Silva

Assinado por: ARRS

RS

Docsales ID: 103e5881-3f3f-4424-939d-5efb46da8402

Certifico o registro sob o nº 182.541/25-3 em 09/06/2025 da empresa TWENTY FOUR SEVEN DATA CENTERS S.A., NIRE nº 35300649478, protocolado sob o nº 2199707258. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 270208885. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).